



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 3531, de 2018

Do Sr. Deputado HEITOR SCHUCH
ao
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS



3531

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____/2018
(Do Sr. Heitor Schuch)

Requer informações ao Ministério
dos Direitos Humanos sobre Fundo
Nacional do Idoso.

Sra. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Gustavo do Vale Rocha, Ministro de Estado Ministério dos Direitos Humanos, **PEDIDO DE INFORMAÇÕES** conforme segue:

De acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 230, é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Com base nessas premissas constitucionais, as doações aos Fundos dos Direitos do Idoso peço o seguinte:

1. Quanto foi destinado para o Fundo Nacional do Idoso?
2. Como inserir projetos no FNI?
3. Quais são os projetos/assuntos priorizados (Quais o que se destina verba mais facilmente).

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei Federal nº 12.213, está sob a gestão do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que deve fixar os critérios de sua utilização em Resolução, servindo de parâmetro para os Fundos Municipais, Distrital e Estaduais. O Fundo que é um potencial instrumento de fortalecimento dos Conselhos e garantia dos direitos de idosos brasileiros.

Nos últimos 60 anos, no Brasil, o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes. O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial. Trata-se de um processo de transição demográfica, caracterizado pelo aumento da longevidade da população.



[Assinatura]



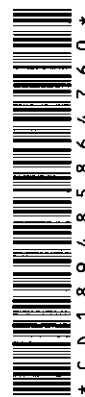
A formulação e a implantação das políticas públicas que atendam a realidade do envelhecimento em todas as suas faces, que almejem a promoção do bem-estar físico, mental e social do idoso e a prevenção de agravos a sua saúde têm se mostrado um grande desafio.

O Fundo destina-se a financiar programas e ações que assegurem os direitos desse público, além de criar condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva desse segmento na sociedade.

08 MAIO 2018

Sala das Sessões, 08 de maio de 2018


Deputado HEITOR SCHUCH
PSB/RS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

14/05/2018

14:42

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.531/2018 - do Sr. Heitor Schuch - que "Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos sobre Fundo Nacional do Idoso "



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3531/2018

Autor: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS

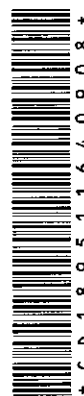
Destinatário: Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Assunto: Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos sobre Fundo Nacional do Idoso

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em 21 de maio de 2018


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente





Câmara dos Deputados

RIC 3.531/2018

Autor: Heitor Schuch

**Data da
Apresentação:** 08/05/2018

Ementa: Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos sobre Fundo Nacional do Idoso

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 22/05/2018

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

3B974E9D16

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2220 /18

Brasília, 04 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
GUSTAVO DO VALE ROCHA
Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Assunto: **Requerimento de Informação**

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO. EM 04/06/18 Nome por extenso e legível: Daufen Gomes Ponto: 14:40

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3531/2018	Heitor Schuch

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



0497624



00135.207631/2018-60



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
GABINETE MINISTERIAL**

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, Sala 529
Brasília, DF. CEP 70760-543. - <http://www.mdh.gov.br>

Ofício nº 67/2018/SEI/GAB.MDH/MDH

Brasília, 25 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal FERNANDO LÚCIO GIACOBO
Primeiro-Secretário
Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Primeira Secretaria, Anexo 1, Sala 01
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 3531/2018.**

Senhor Primeiro-Secretário,

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>26</u> / <u>06</u> / <u>18</u>	às <u>16</u> h <u>46</u>
<u>Sur</u> Servidor	<u>5.876</u> Ponto
<u>Vic. Correio</u> Portador	

1. Em atendimento ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2220/18 (0486551), por meio do qual V. Exa., na qualidade de Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminha o Requerimento de Informação nº 3531/2018, de autoria do Deputado Heitor Schuch, que requisita informações acerca do Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, informo que a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso foram consultados a respeito das informações solicitadas. Recebemos, em resposta, o Anexo SEI (0499859), remetido por meio do Memorando nº 217/2018/GAB.SNDPI/SNDPI/MDH (0499861), cujo teor transcrevemos abaixo:

"1. Quanto foi destinado para o Fundo Nacional do Idoso?

No ano de 2018 foi destinado ao Fundo Nacional do Idoso - FNI - por meio da Ação 218Q do Orçamento da União o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) na modalidade de custeio.

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
218Q-PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	DESPESAS DIVERSAS	CUSTEIO (Fonte 380 - Recursos Arrecadados)	R\$ 2.672.018,00
		CUSTEIO (Fonte 96 – Doações Nacionais)	R\$ 1.827.982,00
Total Custeio			4.500.000,00
Emenda Individuais			200.000,00

2. Como inserir projetos no FNI?

De acordo com a Resolução 19 de 27 de junho de 2013

Art. 7º Os recursos do Fundo Nacional do Idoso serão destinados ao financiamento de programas e ações, governamentais e não governamentais, que: I - visem ao protagonismo da pessoa idosa; II - visem à integração e ao fortalecimento dos Conselhos dos Direitos de Idosos; III - promovam o envelhecimento ativo da pessoa idosa; IV - fomentem a prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa; V - promovam acessibilidade, inclusão e reinserção social da pessoa idosa; VI - financiem pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; VII - fomentem a capacitação e a formação profissional continuada de: a) operadores do sistema de garantia dos direitos do idoso, entre os quais, os membros dos Conselhos dos Direitos de Idosos, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias e da Vigilância Sanitária; ou b) outros profissionais na temática do envelhecimento, da geriatria e da gerontologia; VIII - desenvolvam programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; e IX - fortaleçam o sistema de garantia dos direitos do idoso, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da pessoa idosa. Art. 9º Para pleitear recursos do Fundo Nacional do Idoso: I - as entidades governamentais deverão ter seus programas e ações inscritos no Conselho dos Direitos de Idosos da localidade na qual os recursos forem aplicados; e II - as entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar registradas no Conselho dos Direitos de Idosos de sua sede, possuir no seu estatuto a finalidade de promoção, proteção, defesa e ou atendimento à pessoa idosa e comprovar existência e regular atividade conforme o prazo estipulado no edital, nos termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Art. 10. O doador de recursos ao Fundo Nacional do Idoso pode indicar os programas e ações prioritários de sua preferência para aplicação dos recursos doados, dentre aqueles dispostos no plano de ação anual elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Parágrafo único. O nome do doador de recursos ao Fundo Nacional do Idoso somente poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa.

3. Quais são os projetos/assuntos priorizados (Quais o que se destina verba mais facilmente).

Quanto as ações desenvolvidas pela própria Secretaria, atualmente prioriza-se o projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos da Pessoa Idosa. Neste projeto são oferecidos kits para equipagem e melhoria da infraestrutura dos Conselhos, podendo também incluir a doação de veículo. Os parlamentares podem aportar por recurso de Emenda a este projeto, beneficiando municípios ou estados se sua escolha.

Ressaltando que hoje temos um edital aberto, sendo ele o de nº 05/2018 é exclusivo para organizações da sociedade civil (OSC), e as ações voltadas à promoção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, que desenvolvam as seguintes linhas temáticas:

- a) promover capacitação para o combate à discriminação, sobre os direitos das pessoas idosas, o envelhecimento ativo e a prevenção da violência, voltadas para a população em geral inclusive para a pessoa idosa;
- b) realizar capacitação para cuidadores de idosos para garantir e ampliar a qualidade da atenção à pessoa idosa;
- c) implantar ações em espaços de convivência comunitários buscando desenvolver ações que valorizem e promovam o protagonismo, o empoderamento, a convivência familiar e comunitária da pessoa idosa; e
- d) desenvolver capacitação de trabalhadores e profissionais que atuem nas instituições de longa permanência, bem como, em outras áreas de atenção ao idoso, visando ao fortalecimento e qualidade dos serviços destinados às pessoas idosas.

Link para acesso ao edital 05/2018:

<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/edital/pessoaidosa.pdf> "

- 2. São essas as informações que nos cumpre repassar.
- 3. À disposição para quaisquer outros esclarecimentos julgados adicionais.

Atenciosamente,

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Ministro de Estado dos Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo do Vale Rocha, Ministro de Estado dos Direitos Humanos**, em 22/06/2018, às 19:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0497624** e o código CRC **A335C7E3**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o
Processo nº 00135.207631/2018-60



SEI nº 0497624



Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2220 /18

Brasília, 04 de maio de 2018

A Sua Excelência o Senhor
GUSTAVO DO VALE ROCHA
Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Assunto **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência copia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3531/2018	Hector Schuch

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requenda ser de natureza sigilosa, seja enviada também copia da decisão de classificação profenda pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art 28 da Lei nº 12 527/2011 (Lei de Acesso a Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em involucre lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,



Deputado **GIACOB**
Primeiro-Secretário

- NOTA os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente
/LMR



3531

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____/2018

(Do Sr Heitor Schuch)

Requer informações ao Ministério
dos Direitos Humanos sobre Fundo
Nacional do Idoso

Sra Presidente,

Com fundamento no art 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Gustavo do Vale Rocha, Ministro de Estado Ministério dos Direitos Humanos, **PEDIDO DE INFORMAÇÕES** conforme segue

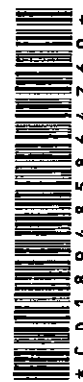
De acordo com a Constituição Federal, em seu Art 230, e dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito a vida Com base nessas premissas constitucionais, as doações aos Fundos dos Direitos do Idoso peço o seguinte

- 1 Quanto foi destinado para o Fundo Nacional do Idoso?
- 2 Como inserir projetos no FNI?
- 3 Quais são os projetos/assuntos priorizados (Quais o que se destina verba mais facilmente)

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Nacional do Idoso instituído pela Lei Federal nº 12.213, esta sob a gestão do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que deve fixar os critérios de sua utilização em Resolução, servindo de parâmetro para os Fundos Municipais, Distrital e Estaduais O Fundo que é um potencial instrumento de fortalecimento dos Conselhos e garantia dos direitos de idosos brasileiros

Nos últimos 60 anos, no Brasil, o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial Trata-se de um processo de transição demográfica, caracterizado pelo aumento da longevidade da população





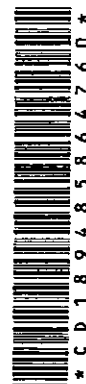
A formulação e a implantação das políticas públicas que atendam a realidade do envelhecimento em todas as suas faces, que almejem a promoção do bem-estar físico, mental e social do idoso e a prevenção de agravos a sua saúde têm se mostrado um grande desafio

O Fundo destina-se a financiar programas e ações que assegurem os direitos desse público, além de criar condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva desse segmento na sociedade

08 MAIO 2018

Sala das Sessões 08 de maio de 2018


Deputado HEITOR SCHUCH
PSB/RS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

14/05/2018
14 42

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fabio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente

RIC 3 531/2018 - do Sr Heitor Schüch - que "Requer informações ao Ministerio dos Direitos Humanos sobre Fundo Nacional do Idoso "



3536

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____/2018

(Do Sr. Heitor Schuch)

Requer informações ao Ministério
dos Direitos Humanos sobre Fundo
Nacional do Idoso

Sra. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Gustavo do Vale Rocha, Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos, **PEDIDO DE INFORMAÇÕES** conforme segue:

De acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 230, e dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Com base nessas premissas constitucionais, as doações aos Fundos dos Direitos do Idoso peço o seguinte:

1. Quanto foi destinado para o Fundo Nacional do Idoso?
2. Como inserir projetos no FNI?
3. Quais são os projetos/assuntos priorizados (Quais o que se destina verba mais facilmente)?

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Nacional do Idoso, instituído pela Lei Federal nº 12.213, está sob a gestão do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que deve fixar os critérios de sua utilização em Resolução, servindo de parâmetro para os Fundos Municipais, Distrital e Estaduais. O Fundo que é um potencial instrumento de fortalecimento dos Conselhos e garantia dos direitos de idosos brasileiros.

Nos últimos 60 anos, no Brasil, o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes. O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial. Trata-se de um processo de transição demográfica, caracterizado pelo aumento da longevidade da população.





Câmara dos Deputados

RIC 3.531/2018

Autor Heitor Schuch

**Data da
Apresentação** 08/05/2018

Ementa Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos sobre
Fundo Nacional do Idoso

**Forma de
Apreciação**

**Texto
Despacho** Aprovação pelo Presidente, Dep Rodrigo Maia, "ad referendum"
da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fabio Ramalho,
Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento

**Regime de
tramitação**

Em 22/05/2018

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

3B974E9D16

ANEXO 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA PRIMEIRA VICE PRESIDÊNCIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3531/2018

Autor Deputado Heitor Schuch - PSB/RS

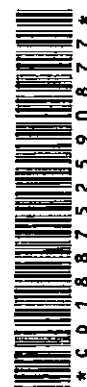
Destinatário Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Assunto Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos sobre Fundo Nacional do Idoso

Despacho O presente requerimento de informação esta de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116 Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer e pelo encaminhamento

Primeira-Vice-Presidência, em de de 2017


Fabio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente



Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 2220/18

Processo SEI 00135.207631/2018-60

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Heitor Schuch

Senhor Deputado,

Em resposta às informações solicitadas por Vossa Excelência, temos a dizer:

1. Quanto foi destinado para o Fundo Nacional do Idoso?

No ano de 2018 foi destinado ao Fundo Nacional do Idoso - FNI - por meio da Ação 218Q do Orçamento da União o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) na modalidade de custeio.

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
218Q – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	DESPESAS DIVERSAS	CUSTEIO (Fonte 380 – Recursos Arrecadados)	R\$ 2.672.018,00
		CUSTEIO (Fonte 96 – Doações Nacionais)	R\$ 1.827.982,00
Total Custeio			4.500.000,00
Emenda Individuais			200.000,00

2. Como inserir projetos no FNI?

De acordo com a Resolução 19 de 27 de junho de 2013

Art. 7º Os recursos do Fundo Nacional do Idoso serão destinados ao financiamento de programas e ações, governamentais e não governamentais, que: I - visem ao protagonismo da pessoa idosa; II -

visem à integração e ao fortalecimento dos Conselhos dos Direitos de Idosos; III - promovam o envelhecimento ativo da pessoa idosa; IV - fomentem a prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa; V - promovam acessibilidade, inclusão e reinserção social da pessoa idosa; VI - financiem pesquisas, estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; VII - fomentem a capacitação e a formação profissional continuada de: a) operadores do sistema de garantia dos direitos do idoso, entre os quais, os membros dos Conselhos dos Direitos de Idosos, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias e da Vigilância Sanitária; ou b) outros profissionais na temática do envelhecimento, da geriatria e da gerontologia; VIII - desenvolvam programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa; e IX - fortaleçam o sistema de garantia dos direitos do idoso, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 9º Para pleitear recursos do Fundo Nacional do Idoso: I - as entidades governamentais deverão ter seus programas e ações inscritos no Conselho dos Direitos de Idosos da localidade na qual os recursos forem aplicados; e II - as entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar registradas no Conselho dos Direitos de Idosos de sua sede, possuir no seu estatuto a finalidade de promoção, proteção, defesa e ou atendimento à pessoa idosa e comprovar existência e regular atividade conforme o prazo estipulado no edital, nos termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Art. 10. O doador de recursos ao Fundo Nacional do Idoso pode indicar os programas e ações prioritários de sua preferência para aplicação dos recursos doados, dentre aqueles dispostos no plano de ação anual elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Parágrafo único. O nome do doador de recursos ao Fundo Nacional do Idoso somente poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa.

3. Quais são os projetos/assuntos priorizados (Quais o que se destina verba mais facilmente).

Quanto as ações desenvolvidas pela própria Secretaria, atualmente prioriza-se o projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais de Direitos da Pessoa Idosa. Neste projeto são oferecidos kits para equipagem e melhoria da infraestrutura dos Conselho, podendo também incluir a doação de veículo. Os parlamentares podem aportar por recurso de Emenda a este projeto, beneficiando municípios ou estados se sua escolha.

Ressaltando que hoje temos um edital aberto, sendo ele o de nº 05/2018 é exclusivo para organizações da sociedade civil (OSC), e as ações voltadas à promoção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, que desenvolvam as seguintes linhas temáticas:

- a) promover capacitação para o combate à discriminação, sobre os direitos das pessoas idosas, o envelhecimento ativo e a prevenção da violência, voltadas para a população em geral inclusive para a pessoa idosa;
- b) realizar capacitação para cuidadores de idosos para garantir e ampliar a qualidade da atenção à pessoa idosa;
- c) implantar ações em espaços de convivência comunitários buscando desenvolver ações que valorizem e promovam o protagonismo, o empoderamento, a convivência familiar e comunitária da pessoa idosa; e
- d) desenvolver capacitação de trabalhadores e profissionais que atuem nas instituições de longa permanência, bem como, em outras áreas de atenção ao idoso, visando ao fortalecimento e qualidade dos serviços destinados às pessoas idosas.

Link para acesso ao edital 05/2018:

<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/editalpessoaidosa.pdf>



0499861



00135.207631/2018-60



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA
IDOSA

Memorando nº 217/2018/GAB.SNDPI/SNDPI/MDH

Brasília, 21 de junho de 2018.

Ao Gabinete do Ministério dos Direitos Humanos

Assunto: **Requerimento de Informação nº 3531/2018.**

Senhor Chefe de Gabinete,

Em resposta ao Ofício nº 2220/2018 (0486551), encaminhamos documento (0499859) com as considerações desta Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Paulo Roberto G. Pinto da Rocha

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Gonçalves Pinto da Rocha, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 21/06/2018, às 17:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

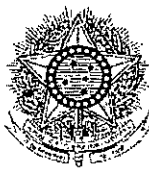


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0499861** e o código CRC **CBCB7C4A**.

Referência: Processo nº 00135.207631/2018-60

SEI nº 0499861

Criado por ana.siqueira, versão 2 por ana.siqueira em 21/06/2018 17:19:27.



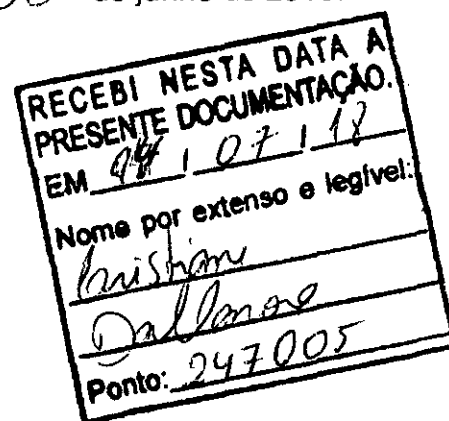
CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/I/nº 2325 /18

Brasília, 30 de junho de 2018.

Exmo. Senhor Deputado
HEITOR SCHUCH
Gabinete 277 – Anexo 3

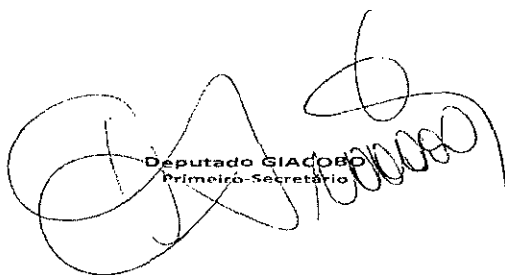
Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**



Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 67/2018/SEI/GAB.MDH/MDH, 25 de junho de 2018, do Ministério dos Direitos Humanos, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.531/2018**, de sua autoria.

Atenciosamente,


Deputado GIACOB
Primeiro-Secretário

